

Eugênio Gudín e Roberto Campos e o golpe militar de 1964

*Stéfani de Almeida Onesko (UEM)

**Juliana Peixoto (UEM)

***Itamar Flávio da Silveira (UEM)

Introdução

O texto que desenvolveremos faz uma análise das posições assumidas por dois intelectuais liberais brasileiros _ Eugênio Gudín e Roberto Campos _ frente ao Golpe Militar de 1964, o mais marcante acontecimento da década de sessenta. Nosso objetivo foi entender as justificativas que levaram dois economistas liberais a apoiarem um regime ditatorial.

Em seus escritos eles argumentam que devido as graves infrações políticas e administrativas cometidas pelo governo João Goulart o Brasil caminhava para uma convulsão social que poderia resultar na instauração de um regime socialista. Diante deste cenário complicado eles apoiaram o regime autoritário instituído, por acreditarem ser a medida mais eficaz para evitar o pior.

A atuação de ambos não se limitou ao apoio aos militares. Eles atuaram durante toda a década de 1960 combatendo a expansão dos gastos públicos e o descontrole monetário. Algumas respostas para entendermos os motivos que levaram Gudín e Campos a apoiar o regime militar, estão na própria concepção que eles tinham de democracia. Nos limites deste texto daremos mais destaque ao posicionamento de Eugênio Gudín, pelo fato dele ter maior profundidade teórica e pelo fato de Campos ter postura política semelhante à Gudín.

Roberto Campos e o pré-golpe

O imediato detonador da crise política tinha sido o populismo estatizante e esquerdista de Goulart. Esse populismo de Goulart vinha de muito longe. Vargas foi,

10.4025/6cih.pphuem.563

por exemplo, um mestre da política gangorra, oscilando entre o autoritarismo e o populismo, entre o realismo econômico e o nacionalismo incompetente. A política de gangorra teve esgotadas suas possibilidades durante o regime Kubitschek, quando o desenvolvimentismo nacionalista alcançou um período de bem-estar, mas criou também uma série de impasses, entre os quais estão: aceleração inflacionária, “calote” cambial, nacionalismo temperamental, quebra da disciplina sindical, estudantil, militar, e imobilismo legislativo.

É preciso dizer que o país estava, economicamente, num beco sem saída, inviabilizado por uma herança institucional, jurídica e fiscal pré-moderna, antiempresarial, corporativa, ainda dos anos trinta.

Na posse de Castello Branco, o papel do planejamento estatal não era asfixiar a iniciativa privada e sim, ao contrário, disciplinar os investimentos públicos e racionalizar a ação do governo, construindo assim uma moldura dentro da qual a iniciativa privada poderia operar com segurança. Observei ainda que todos os homens de boa vontade e senso comum no Brasil reconheciam que “nossa taxa de eficiência econômica estava muito abaixo do que poderíamos alcançar e que nossa taxa de injustiça social estava muito além daquela que deveríamos esperar”. (CAMPOS, 1994, p.570).

Eram desanimadoras as perspectivas para 1964, anteriores à Revolução. Era prevista uma aceleração da inflação e um contínuo declínio da economia, por causa da retratação dos investidores nacionais e da possível interrupção de investimentos estrangeiros.

Quanto às raízes do processo inflacionário, eu arguia que elas tinham variado no curso do tempo, mas ultimamente a responsabilidade primordial cabia aos déficits governamentais e à contínua pressão salarial. Aqueles geravam inflação de procura, e esta, inflação de custos. (CAMPOS, 1994, p.576).

A instabilidade política e a falta de vontade administrativa do governo Goulart tinham criado um vazio de comando e de motivação. Um dos resultados era o país ter ficado, no setor econômico, entre “um capitalismo sem incentivos e um socialismo sem convicção”.

As classes empresariais sofriam de uma crise de desconfiança; as classes operárias se viam frustradas ante a não possibilidade de realizar as promessas contra o abuso de poder; e, finalmente, certos grupos psicologicamente mais inconstantes, como a classe estudantil, não encontravam uma vala para sua impulsividade idealista caindo para falsas soluções radicais. A Revolução de 1964 fora um duro apelo à realidade; uma tentativa de substituir a paixão pela razão, na direção dos negócios econômicos.

Eugênio Gudín e o Golpe

Alguns momentos de intensas perturbações entre os anos de 1961 e 1964 ocorreram, no mandato do presidente João Goulart, como uma assídua luta dos grupos sociais brasileiros (ROCHA, 2008, pág.109). Um dos mais importantes historiadores marxistas brasileiros Jacob Gorender (1987), compartilha da ideia na qual nunca houve um momento mais propício para uma revolução de cunho socialista como no período descrito (1961- 1964), segundo o historiador:

Segundo penso, o período 1960- 1964 marca o ponto mais alto dos trabalhadores brasileiros neste século, até agora. O auge da luta de classe, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária preventiva. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse. (GORENDER, 1987, p. 66-67).

Havia grande expectativa por parte de grupos esquerdistas de que no governo João Goulart as reformas de base seriam realizadas em todos os setores do país, como a reforma agrária, reforma tributária, reforma fiscal, enfim várias possibilidades poderiam ser feitas em contraste com suas propostas políticas de campanha. Gorender (1987) afirma que nunca se viu um momento de grande força do Partido Comunista Brasileiro no país como no ano de 1963.

Foi perante um cenário de anarquia econômica, ditada pela inflação e por uma instabilidade política, tendo João Goulart grande apoio do PCB (Partido

10.4025/6cih.pphuem.563

Comunista Brasileiro), que Gudin apoiou o golpe na perspectiva de abortar uma instauração comunista, da qual ele tinha fortes convicções que poderia acontecer.

Foi na crista de uma onda de confusão, de balbúrdia e de anarquia como essa que João Goulart e seus cúmplices tentaram há cinco anos levar-nos ao caos pré-comunista. Quanto aos verdadeiros desígnios de Goulart e de seu grupo, ninguém sabe exatamente quais eram _e é possível que eles também não soubessem_ mas é bem certo que em poucos meses estaríamos perfeitamente integrados no mais autêntico Fidel Castrismo. (GUDIN, 1970, p. 51).

Outro autor que cita o perigo evidente de uma instauração de um regime comunista no Brasil é Leandro Narloch, autor do Guia Politicamente Incorreto do Brasil (2011), que dedica uma parte do seu livro aos aspectos da Luta Armada no Brasil e sobre as pretensões do Governo Jango em aplicar o Regime Comunista no Brasil.

Segundo Narloch, Fidel Castro, que implantou o Regime Comunista na Ilha Cubana em 1959, dava total apoio à Luta Armada no Brasil e se disponibilizou oferecendo treinamento na Ilha para os insurgentes brasileiros. “Um ano antes do Golpe Militar, já havia doze militantes brasileiros aprendendo luta armada na ilha Comunista” (NARLOCH, 2011, p. 315). Além disso, houve um apoio também ao Movimento Revolucionário de Tiradentes na qual se pretendia realizar ataques a sete Estados brasileiros, inclusive com a participação de guerrilheiros cubanos. Estes dois fatos citados acabaram por aguçar os sentimentos da esquerda e da direita e acabaram influenciando o possível Golpe.

Leandro Narloch ainda aponta para um fato eminente sobre uma vontade Revolucionária por parte dos integrantes do Governo de Jango. Leonel Brizola, deputado e conselheiro do presidente, deu indícios fortemente manifestados de apoio ao Movimento Revolucionário ao fazer discursos inflamados em meios de comunicação, clamando a população brasileira a adotar a Revolução em curso.

Em seus discursos, chamava a população a aderir à luta armada por meio dos Grupos de Onze Companheiros, também chamados de Comandos Nacionalistas. A ideia era formar em todo o país, milhares de pequenos

10.4025/6cih.pphuem.563

grupos guerrilheiros que seriam mobilizados para uma eventual tomada de poder. (NARLOCH, 2011, p. 315).

Uma cartilha um tanto reveladora encontrada em 2009, pela Rádio CBN, escrita pelo principal conselheiro de João Goulart (Leonel Brizola) realça claramente suas intenções revolucionárias:

Uma cartilha presente no dossiê pede aos integrantes que reúnam armas, “de espingardas de carga dos camponeses até revólveres, pistolas e metralhadoras”, usem mulheres como escudo humano, para “acobertar a ação dos G11 da reação policial militar; e ainda executem reféns sem compaixão”. (NARLOCH, 2011, p. 316).

A posição de Eugênio Gudín frente ao Golpe Militar de 1964

Primeiramente é preciso observar a posição de Gudín frente aos governantes que antecederam o golpe de 1964. Ele não teve nenhum contato pessoal com os presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart. O motivo de suas críticas é contra o que eles praticaram contra o país, no plano político e econômico, durante seus mandatos.

A Revolução de 1964 foi uma medida de salvação pública, promovida pela avalanche da opinião do País e apoiada nas Forças Armadas, contra a subversão de poderes e valores humanos, contra o solapamento sistemático da hierarquia, contra o caos econômico e financeiro e contra a desordem social. O objetivo primacial da Revolução foi, portanto, o da restauração da Ordem, ordem social, ordem militar, ordem econômica. (GUDIN, 1991, p. 84).

A partir do Golpe se observa, de acordo com Gudín, muitas mudanças positivas como a Reforma Tributária, que aliviou a carga de impostos sobre a produção do país; a criação do FGTS (Fundo de Garantia e Tempo de Serviço), que substituiu o antigo sistema de estabilidade e de indenização dos trabalhadores demitidos. De acordo com Gudín, todas essas mudanças e tantas outras que aconteceram no âmbito do solo nacional serviram para que o Brasil recuperasse a ordem econômica, política e moral. “A Revolução de 64, se não fez tudo, fez muito pelo Brasil.” (GUDIN, 1969, p. 86).

10.4025/6cih.pphuem.563

Os militares da chamada Revolução de 1964, segundo Gudin, atuaram no sentido de conter o caos político e econômico que os governos anteriores haviam produzido. O Brasil, até então, tinha sofrido muito os gastos excessivos do Estado, com políticas populistas, com o estímulo a insurreição promovido por autoridades constituídas enfim, chegara a um desgaste que conduziu ao golpe militar, que atendeu o clamor das manifestações das ruas em favor da deposição do Jango.

Diante da ameaça de desestabilização, as Forças Armadas foram forçadas a romper a ordem instituída para e evitar o uma insurreição a *lá* Fidel Castro. Afinal, “(...) foram forçadas uma só vez a assumi-lo, em abril de 1964, por haverem, em 1961, incidido no grave erro (...) de consentir na posse de Jango, que levou o país ao caos e à beira do Comunismo Fidelista.” (GUDIN, 1970, p. 93).

O golpe objetivava cassar direitos políticos dos corruptos e dos subversivos, para proteger a sociedade de um perigo comunista que rondava muitos países naquele período. Era melhor, naquele momento, sacrificar a democracia temporariamente do que experimentarmos a bancarrota definitiva. O que se pretendeu formular com Castello Branco depois do Golpe fora um regime político em que as liberdades maiores não fossem suprimidas.

Num discurso proferido em abril de 1969, o presidente Costa e Silva fez lembrar a situação e o quadro caótico da economia e da administração além de um déficit corrosivo, nos anos que precederam o golpe:

Temos tido governos inertes e governos incapazes, que pecaram largamente por omissão, deixando de aproveitar belas oportunidades para agir em benefício do País. Mas nunca tivemos, na República ou no Império, um governo tão encarniçadamente decidido a destruir, desmoralizar e até prostituir tudo quanto neste país existe de organizado. (FGV, 1979, p. 104).

Os dados apresentados por Gudin nos informam sobre o descontrole das contas públicas.

No campo econômico e financeiro, as *despesas de consumo* do Governo, que, de 10,6 por cento do Produto Nacional em 1947 subiram a 16,6 por

10.4025/6cih.pphuem.563

cento em 1963 (aumento de seis por cento, equivalente a cerca de *um bilhão e meio de dólares por ano*), ainda se mantém nas cercanias de 14,5% por cento. A despesa pessoal, no orçamento da União, que ao tempo da Ditadura (justiça lhe seja feita) baixara a trinta por cento, chegou a cerca de 80 por cento e ainda está na casa dos 60 por cento. (GUDIN, 1970, p.105).

Gudin ainda faz menção a todos os outros setores e áreas que ficaram abandonadas a mercê da sorte, como a energia elétrica, estradas de ferro, navegação, telefone, entre outros. Muitos podem afirmar que o liberal Eugênio Gudín foi a favor do solapamento da democracia com a instauração do regime militar, no entanto, é preciso entender primeiro que a democracia já estava solapada antes dos militares assumirem o poder. Os valores democráticos estavam sendo destruídos por aqueles que militavam em favor da causa socialista. Aliás, o próprio governo João Goulart contribuía decisivamente para isto. Segundo, entender o conceito de democracia para Eugênio Gudín.

Gudin e sua visão sobre Democracia

Para entendermos os motivos que levaram Eugênio Gudín a apoiar o Golpe de 1964, precisamos entender o que era a democracia para o economista Gudín. Muitos acham que pelo fato de ser um liberal ele deveria ser contra a ruptura institucional. Mas ele apoiou o movimento militar. Como já dizia Henri Frédéric Amiel (1821/1881), “as instituições não valem mais do que os homens que as fazem funcionar”.

De acordo com Gudín, um país ou região cujo índice de capacidade cultural e política é muito baixo, como a América Latina e em si o Brasil, o sufrágio universal e o voto secreto podem ser muito perigosos. Quando a população não possui habilidade política, um conhecimento de boa qualidade, uma educação realmente sólida, a nação torna-se vulnerável a ter como representantes, pessoas perigosas, que se aproveitam da fragilidade institucional para atingir desejos pessoais e aventuras políticas.

10.4025/6cih.pphuem.563

Nossos problemas não são insolúveis. [...] eles são consideravelmente menos difíceis que os da Ásia e da África. Mas não é com governos eleitos pela maioria ignorantes e despreparada da população que se poderão resolver. A experiência foi amplamente feita e custou ao país os mais duros sofrimentos. (GUDIN, 1991, p.71).

A democracia poderia ser muito perigosa no meio em que há carência de boa educação política entre a população, dizia Gudin “o grande problema político dos países da América Latina reside na incapacidade e na inexperiência para o pleno exercício do sistema democrático” (GUDIN, p. 66). O Brasil na década de 1960 tinha mais de 40% de sua população analfabeta, enquanto outros países como os Estados Unidos tinham 72% de sua população alfabetizadas já em 1900.

Para Gudin o país só poderia almejar grandeza quando fossem adotados regimes políticos em concordância com a situação social e política do país e com os níveis de educação da população. O sufrágio universal, introduzido no seio da política resultou em sérios danos a nação. O que prevaleceu foi uma série de infortúnios, cometidos pelos estadistas Juscelino Kubitschek e João Goulart, cujo argumento ele mesmo afirma:

Na ordem política desaparecera a dignidade e com ela a autoridade do Governo, no setor militar a subversão da hierarquia. O naufrágio da ordem econômica caracterizava-se, externamente, pelo endividamento e pela falência; internamente por uma inflação galopante. Na ordem moral quebrou-se toda a tradição brasileira, pela desmoralização dos próprios Presidentes da República, cujos sinais exteriores de enriquecimento, ao deixarem o poder, eram evidentes. (GUDIN, 1991, p.80).

Essas controvérsias políticas resultaram no Golpe de 1964, que colocou o General Humberto de Alencar Castello Branco como o primeiro presidente da ditadura militar. Para Gudin trata-se de governante restaurador dos bons costumes, dos valores morais, e tendo legado a Constituição de 1967.

A democracia para Gudin nada mais é do que um processo que vai se moldando a partir da experiência e de um campo em que ela seja perfeitamente entendida e assimilada por aqueles que a utilizam. Portanto tem-se a necessidade

10.4025/6cih.pphuem.563

do povo em si realmente possuir um conhecimento exemplar para responder por suas instituições.

Na Inglaterra, até 1832, só eram eleitores os proprietários rurais. Só então desapareceram as mais escandalosas desigualdades na formação dos colégios eleitorais, só no fim do século XIX foi o voto extensivo a todos os cidadãos. E só depois da Primeira Guerra Mundial se tornou ele extensivo às mulheres. (GUDIN, 1970, p. 89).

Olavo Bilac Pinto dizia que o voto emocional e a pobreza acabam por destruir a democracia; e que os meios de comunicação acabam favorecendo a sedução pessoal e a demagogia. Para ele era necessário direcionar funções e escolhas de pessoas que estejam aptas para isso:

[...] é que se quando precisamos construir uma ponte não o fazemos diretamente; procuramos um engenheiro; se quando tratamos da saúde recorremos a um médico etc., como é que, no caso do problema, muito mais complexo, da escolha dos governantes, nos julgamos competentes para resolvê-lo diretamente? (1970, p. 110).

O Conceito de Democracia para Eugênio Gudín segundo Roberto Campos

Roberto Campos em seus escritos sempre exaltou a pessoa de Eugênio Gudín e comentou muito sobre as posições que Gudín mantinha sobre determinados assuntos. No que diz respeito à democracia não foi diferente. Campos (1979) define o que era a democracia para Gudín, ponto de vista do qual concordava plenamente.

Gudín é um democrata que não confunde “democracia” com “democratie”. E muito menos com demagogia. Ele desconfia tanto do radical como do demagogo. Este porque fabrica frustrações ao prometer mais do que pode dar; aquele porque destrói sob o pretexto de reformar. [...] Convém aqui distinguir como categorias distintas que são, liberalismo e democracia. E Gudín concordará que a primeira dessas categorias é a mais fundamental, pois liberalismo é uma doutrina sobre o que a sociedade deve ser; democracia é um método, variável no tempo, de organizar a sociedade para esse fim. Donde serem muito mais concebíveis “graus” de democracia do que graus de liberalismo. (CAMPOS, 1979, p. 149).

Para Gudín uma democracia vitoriana precisa antes de qualquer coisa de bases, essas bases são encontradas em instituições maduras e consolidadas, como a política e a economia. Caso essas instituições no momento que as competem não se encontram estáveis e seguras, simplesmente o insucesso da democracia será

inevitável. A sociedade deveria ser sólida o bastante, ser desenvolvida no plano material e intelectual, para sustentar a democracia:

(...) a história não registra um só exemplo de país onde se tenha atingido com sucesso a plena democracia de sufrágio universal, sem que primeiramente se tivesse conseguido um nível bastante elevado de padrão de vida e um alto grau de igualdade de oportunidade. (GUDIN, 1979, p. 149).

Inglaterra e Estados Unidos são exemplos de países que primeiramente fomentaram a modernidade com a industrialização sob o controle de “democracias elitistas” e não de “democracias populares”. Todos os países que conseguiram oferecer a democracia a todos já haviam completado seus “estágios” chegando à modernização econômica e atingindo o consumo em massa.

Conclusão

Na leitura dos textos de Gudin e de Roberto Campos podemos compreender os fatores que justificaram o apoio ao Golpe Militar de 1964 que ambos deram. A ruptura institucional aparece dentro de um contexto em que o Brasil estava numa encruzilhada política institucional. Estava entre um regime autoritário de direita, que garantiria a liberdade econômica e liberdade religiosa e um regime autoritário que visava instalar no Brasil um governo socialista que, evidentemente, além de destruir a liberdade política também eliminaria todas as liberdades individuais.

Analisamos também o conceito de democracia de Eugênio Gudin _ que é o mesmo de Roberto Campos _ e a importância que ele dava as Forças Armadas para a segurança das instituições nacionais. O conceito de processo histórico de Gudin aponta para a descrença da democracia plena num período de efervescência revolucionária e de populismo que o Brasil vivia na década de 1960. A democracia requeria algumas pré-condições que, devido a fatores históricos, o Brasil ainda não possuía.

Para Gudin e Campos a ruptura institucional e a instalação de um regime autoritário, por pior que pudesse parecer diante da opinião pública internacional, ainda era a alternativa adequada ao Brasil. Neste sentido não se trata de nenhuma incoerência teórica por parte deles. O apoio ao regime autoritário teve como causa a escolha da alternativa menos danosa ao país. Não seria nada racional se opor ao regime militar e contribuir para a entrega do país aos socialistas que, ao assumir o poder, suprimiriam todos os vestígios de democracia como fizeram em todos os países que governaram.

Notas Finais

*Acadêmica do curso de História pela UEM (CRV).

**Acadêmica do curso de História pela UEM (Maringá).

***Professor do Departamento de História da UEM.

Referências Bibliográficas

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

CAMPOS, **A Lanterna da Popa**. Rio de Janeiro: Ed. Memórias, 1994.

FGV, Fundação Getúlio Vargas. **Eugênio Gudin: visto por seus contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1979.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 1987.

GUDIN, Eugênio. **A formação do economista**. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, p.53-70, mar.1956. Digesto Econômico. São Paulo, 131, p.57-65, set/out.1956.

GUDIN, Eugenio. **Análise de problemas brasileiros: coletânea de artigos- 1958-1964**. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1965.

10.4025/6cih.pphuem.563

GUDIN, Eugênio. **Para um Brasil melhor**. Rio de Janeiro: APEC, 1970.

GUDIN, Eugênio. **Princípios da Economia monetária**. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

NARLOCH, Leandro. **Guia Politicamente Incorreto do Brasil**. Brasil: Ed: Leya, 2011.

ROCHA, Neilaine Ramos. **A Economia Política Clássica no Brasil**: o pensamento inovador de Eugênio Gudín. Maringá, 2008, 152p.